

Eduardo Góes NEVES

Arqueologia da Amazônia

Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, 86 páginas.

ISBN 85-71100919-2.

O livro de Eduardo Góes Neves, *Arqueologia da Amazônia*, parte da coleção Descobrimos o Brasil, vem somar-se ao quadro de publicações recentes de arqueólogos dispostos a apresentar para o grande público as várias possibilidades (temáticas e teórico-metodológicas) que a disciplina propõe em solo brasileiro. A exemplo deste volume, podemos citar, da mesma coleção: *A arte rupestre no Brasil*, de Madu Gaspar, e *Palmares, ontem e hoje*, de Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho. Fora da coleção Descobrimos o Brasil, mas ainda da Jorge Zahar, há o recente *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*, de André Prous. A editora Contexto também tem publicado obras que seguem a mesma linha, como, por exemplo, a *Pré-História do Brasil*, de Pedro Paulo Funari e Francisco Silva Noelli (2002). São obras importantes para pesquisadores, professores, estudantes e interessados em Arqueologia brasileira, sobretudo porque lançam por terra o caráter pretensamente unilateral do discurso científico, apresentando muitas possibilidades de abordagem da cultura material do passado. No que diz respeito ao livro resenhado, seu grande desafio reflete-se em sua delimitação geográfica: a extensão de terras amazônicas e o reduzido número de pesquisas arqueológicas realizadas até o momento naquele espaço, dado salientado pelo autor já na introdução.

Neves introduz suas idéias alertando para a necessidade de se resgatar o caráter cultural da Amazônia, afirmando que há um grande desconhecimento da história de sua ocupação milenar, com uma visão propagada de “natureza intocada”. Esta visão, segundo o autor, reflete-se atualmente nas mentalidades que propõem estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ele chama a atenção, baseado em dados arqueológicos, para a diferença entre a

ocorrência de sítios que demonstram ocupação densa no passado e a distribuição atual de terras indígenas. Segundo uma nova vertente de interpretação da história cultural da Amazônia, essa diferença foi provocada pela colonização do local no século XVIII, intensificada pelo ciclo da borracha, ao fim do século XIX e início do XX.

Há, no livro, a proposta de se olhar para o passado remoto buscando parâmetros para as políticas do presente. Nessa linha, o autor sugere três ações importantes: (1) reconhecer a ocupação densa da bacia amazônica por diferentes povos indígenas no final do século XV; (2) perceber continuidades entre esses povos do passado no presente (apesar dos processos de mudança cultural); (3) reconhecer que a ocupação pré-colonial guia processos de ocupação no presente.

No tópico que apresenta “O meio físico”, Neves desenvolve suas idéias defendendo a diversidade como conceito-chave para a compreensão da Arqueologia amazônica, questionando a visão que geralmente se tem de um ecossistema homogêneo, ocupado por grupos também homogêneos. Constrói o quadro físico da área pesquisada a partir de alguns temas, tais como a formação do rio Amazonas e seus afluentes, a variação anual das chuvas e do nível dos rios, propiciando dois períodos bem definidos (cheia e seca), a falsa idéia de que os solos amazônicos são totalmente férteis, o contraste entre áreas ribeirinhas (onde os sítios são mais densos) e áreas de terra firme. Todos esses elementos físicos, segundo o arqueólogo, influenciam nos padrões de ocupação da Amazônia, revelando quatro compartimentos: (1) faixa paralela à Cordilheira dos Andes (Bolívia, Peru, Equador e Colômbia); (2) áreas ribeirinhas e alagadas; (3) áreas de interflúvio (ou “de

terra firme”); (4) zonas de estuário e litoral (partes dos estados do Amapá, Pará e Maranhão). Neste último compartimento, onde floresceu a civilização marajoara, foram encontrados sítios com a cerâmica mais antiga da América do Sul.

Ainda neste tópico, o autor chama a atenção para o fato de que a biodiversidade do contexto amazônico, além de fornecer alimentos para as sociedades indígenas, também inspirou fortemente suas culturas. A essa biodiversidade Neves acrescenta a sociodiversidade presente na Amazônia, em termos lingüísticos (com povos falantes de tupi-guarani, arawak, carib, gê e línguas isoladas) e socioeconômicos (povos nômades – caçadores/pescadores/coletores – e sedentários – agricultores), lembrando que a Arqueologia evidencia essa variabilidade no passado. Finaliza o tópico indicando a Amazônia como um contexto de grande variabilidade geográfica, o que teria influenciado o processo de sua ocupação pelos grupos humanos.

No tópico “O início da ocupação humana”, o autor apresenta os principais registros arqueológicos que sugerem a antiguidade da presença humana na bacia amazônica, fixando o início da ocupação em 11 mil anos atrás, apesar de ressaltar que os dados são escassos e que maiores investigações podem modificar o quadro temporal de ocupação da Amazônia. Salieta um padrão de subsistência desses primeiros habitantes (valorização da biodiversidade, não capturavam grandes animais, eram pescadores, coletores e caçadores de animais pequenos). Há, também, a confirmação, a partir de dados arqueológicos, da ocupação da Amazônia antes do advento da agricultura, apontando para tipos de economia diversificados na época pré-colonial.

O tópico tem como discussão central a ocorrência de variações climáticas e ecológicas durante o Holoceno. Tais mudanças, de acordo com Neves, podem ter ocasionado o esvaziamento demográfico de algumas regiões amazônicas constatado pelo registro arqueológico. Curiosamente, os sítios anteriores a 6000 a.C. são mais conhecidos do que aqueles que poderiam evidenciar ocupação entre 6000 e 1000 a.C., mas os vestígios mais abundantes são aqueles com datações a partir de 3 mil anos atrás, período em que os dados disponíveis demonstram ter havido um aumento nas condições gerais de precipitação e umidade. As mudanças refletem no vestígio arqueológico, apresentando para

este último período sítios muito mais densos. O autor diz, porém, que esta lacuna pode não estar relacionada a um relativo esvaziamento demográfico gerado por modificações climáticas, o que leva a uma segunda hipótese, que diz respeito a problemas nas estratégias de levantamento utilizadas pelos arqueólogos.

No tópico “A transição para a agricultura e o início da produção cerâmica”, Neves desenvolve suas idéias sobre domesticação de plantas, agricultura e advento da cerâmica defendendo uma não-linearidade nos processos de adaptação, sendo a ocupação, segundo ele, muito mais baseada em economias diversificadas, tais como caça, pesca e coleta, do que apenas na agricultura. No que concerne à domesticação de plantas, algumas áreas são vistas como centros e as demais, receptoras de inovações. A Arqueologia postula para as Américas dois principais centros: a Mesoamérica e os Andes centrais. Atualmente, segundo o autor, a Amazônia também tem sido vista como um desses centros de domesticação (da mandioca e da pupunha) na bacia do alto Madeira e seus afluentes (atual Rondônia).

Aqui, Neves levanta um problema referente à técnica agrícola da “coivara”, conhecida também como “de toco” ou “de corte e queima”. Alguns autores defendem a impossibilidade de se manter populações sedentárias com o cultivo realizado por meio da coivara, dada a necessidade constante de mudança de lugar. No entanto, Neves diz que esse argumento é baseado na observação de sociedades contemporâneas, as quais utilizam, para a abertura de roças, machados e facões de metal. Segundo o arqueólogo, pode haver uma diferença entre os padrões de cultivo em roças de coivara do passado e do presente, sugerindo para o passado uma menor mobilidade dos grupos, principalmente pela utilização de machados de pedra, que tornariam mais lento o trabalho de abertura de roças.

No que diz respeito ao início da produção da cerâmica e sua associação ao desenvolvimento da agricultura, Neves diz que os dados amazônicos são mais complexos, pois as cerâmicas mais antigas (5000 e 3500 a.C.) fazem parte de contextos em que a agricultura não havia sido plenamente adotada. Este fator poderia indicar uma não-ruptura com modos de vida anteriores, fortalecendo a idéia de economias diversificadas e de mudanças não lineares.

No penúltimo tópico, “Ascensão e queda das sociedades complexas da Amazônia”, o autor retoma uma das principais hipóteses do livro. Sugere que a ocupação humana da Amazônia não foi um processo regular e cumulativo, podendo a alternância “entre períodos de aparente estabilidade e outros de mudanças relativamente bruscas nos padrões de organização social, econômica e política” ser percebida nos vestígios arqueológicos. A hipótese vai ao encontro das transformações nos padrões ocupacionais notáveis a partir de 2 mil anos atrás (aumento no tamanho, densidade e duração de ocupação nos sítios arqueológicos). Acrescenta-se a isso o que o autor chama de “verdadeira explosão cultural”, refletida nas diferentes “tradições” arqueológicas definidas pelos pesquisadores que trabalham em contexto amazônico. Unindo os dados arqueológicos aos paleoclimáticos, Neves considera viável postular uma correlação entre as mudanças climáticas ocorridas a partir de 1000 a.C. e as transformações nos vestígios arqueológicos. Modos de vida plenamente agrícolas foram possíveis graças a um aumento no índice de chuvas e expansão das florestas.

A partir dessa hipótese, o autor apresenta o que é conhecido como “terra preta”, estabelece suas conexões com assentamentos sedentários e descreve as principais tradições ceramistas já pesquisadas, que correspondem a esse período em que os dados arqueológicos evidenciam grandes aldeias: Pocó, Marajoara, Polícroma, Incisa e Ponteadá (cujas cerâmicas mais conhecidas são a Tapajônica e a Santarém) e Maracá. Ainda dá exemplos de trabalhos de campo que fizeram uso da tradição oral a partir do contato com indígenas da região (com os índios Palikur, no rio Urucaúá, Tariano, rio Uaupés, bacia do alto rio Negro, e Kuiruru, no alto Xingu), alertando para a importância da estreita ligação entre antropólogos, arqueólogos e as comunidades que se sentem diretamente afetadas pelas pesquisas acadêmicas.

O autor finaliza o tópico ponderando sobre o impacto da colonização nessas sociedades indígenas,

sugerindo aos pesquisadores que evitem interpretações simplistas quanto à história da Amazônia pré-colonial. Exemplifica uma dessas interpretações, de que as sociedades indígenas do passado estariam caminhando para um tipo de organização complexa, como um Estado, e que esse “desenvolvimento” teria sido rompido pelo contato com os não-índios. Afirma ainda que os registros arqueológicos evidenciam bases econômicas centradas no grupo doméstico, com autonomia econômica e, conseqüentemente, instabilidade política de longo prazo, ocasionando ocupação e abandono de grandes assentamentos. Finaliza o livro argumentando mais uma vez que os resultados são provisórios e carecem de mais pesquisas na região, além de defender o conhecimento da Amazônia “a partir de seus próprios parâmetros culturais e ecológicos”.

Como colocado no início da resenha, o livro de Eduardo Góes Neves faz parte de um interessante movimento, por parte dos arqueólogos, dirigido à sociedade em geral e ao público leigo que se interessa pelo passado de seu país. Apresenta, de forma clara, as principais discussões em torno do registro arqueológico pesquisado na Amazônia e demonstra uma preocupação ao esclarecer que o que temos são resultados parciais, resultantes do número reduzido de pesquisas em região tão ampla. Além de mais pesquisas arqueológicas de campo – que, com certeza, são ainda necessárias em várias partes do Brasil –, é também imprescindível criar uma consciência profissional coletiva, entre arqueólogos, para a importância de múltiplas interpretações advindas de variadas vertentes teóricas. Assim, propostas de tornar públicos resultados de pesquisas científicas, como este livro de Eduardo Góes Neves, serão cada vez mais viáveis e muito bem-vindas.

SOLANGE NUNES DE O. SCHIAVETTO
Doutoranda em História Cultural, IFCH/Unicamp
Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG/Poços de Caldas)
Pesquisadora do NEE/Unicamp